

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: SUA IMPLANTAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

Elisiane Severo da Silva – UFSM (elisiane-severo@bol.com.br)

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo compreender os impactos das políticas públicas educacionais através da implantação do Programa Mais Educação nas Escolas Estaduais do Ensino Fundamental do Município de Santa Maria/RS. No âmbito das discussões, apresento o Programa Mais Educação uma política pública educacional criada em 2007, durante o Governo Luís Inácio Lula da Silva, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007, embasada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na perspectiva da Educação Integral. O referencial teórico baseado nos autores: Luck (2009), Moll (2009, 2012), Minayo (2008), Saviani (2006), Triviños (1987) e Veiga (2003). Os documentos legais que nortearam este trabalho foi: a Constituição Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) de 1996, Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020 e a Série Mais Educação (2009b). A metodologia caracteriza por uma abordagem qualitativa. O instrumento de coleta dados utilizado foi a entrevista semiestruturada realizada com 2 (duas) professoras coordenadoras do Programa Mais Educação no âmbito escolar das respectivas escolas pesquisadas. Conclui-se, diante deste estudo que o Programa Mais Educação é uma realidade nas escolas pesquisadas, através da jornada ampliada no contraturno escolar. Entretanto destaco a infraestrutura física com adequação e construção de espaços para o desenvolvimento das atividades, assim como a construção de um Projeto Político Pedagógico articulado com a proposta curricular do Programa Mais Educação, traduzindo a sua organização pedagógica visando às necessidades da comunidade escolar incorporando novos saberes, novas culturas, atendendo as demandas sociais.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Educacionais. Educação Integral. Programa Mais Educação.

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo comprender el impacto de las políticas educativas mediante el despliegue de más del Programa de Educación en la Escuela Primaria en el Municipio de escuelas estatales RS Santa María /. En las discusiones, les presento el Programa de Educación Más de una política pública educativa creada en 2007 durante el gobierno de Luis Inácio Lula da Silva, establecido por el Decreto ministerial Nº 17/2007, sobre la base del Plan de Desarrollo de la Educación (PDE) desde la perspectiva de la Educación Integral. El marco teórico basado en los autores: Luck (2009), Moll (2009, 2012), Minayo (2008), Saviani (2006), Triviños (1987) y Veiga (2003). Los documentos legales que guiaron este estudio fue: la Constitución brasileña de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación (LDBN) 1996 Plan Nacional de Educación (PNE) 2011-2020 Series y Más Educación (2009b). La metodología se caracteriza por un enfoque cualitativo. El instrumento de recolección de datos utilizada fue la entrevista semiestruturada se llevará a cabo con dos (2) profesores coordinadores del Programa Más Educación en las escuelas dentro de sus respectivas escuelas encuestadas. La conclusión, en este estudio sobre el Programa de Educación Más es una realidad en las escuelas encuestadas a través ampliado después de viaje de la



escuela. Sin embargo se hará hincapié en la aptitud física con la infraestructura y la construcción de espacios para actividades de desarrollo, así como la construcción de un Proyecto Pedagógico Político articulado con el plan de estudios propuesto Más Programa de Educación, la traducción de su organización educativa con las necesidades de la comunidad escolar la incorporación de nuevos conocimientos , nuevas culturas, satisfacer las demandas sociales.

Palabras clave: Educación Política Pública. Educación Integral. Programa de Educación Más.

Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de Políticas Públicas do curso de Pós - Graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A temática central do trabalho refere-se ao Programa Mais Educação, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender a sua implementação nas escolas públicas, programa este que permeia o cenário atual das políticas públicas educacionais, criado em 2007, durante o Governo Luís Inácio Lula da Silva, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007, embasada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na perspectiva da Educação Integral.

O Programa Mais Educação retoma a temática da Educação Integral com a ampliação do tempo escolar e a organização curricular através de atividades ofertada no contraturno contribuindo para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens. Tendo como objetivo promover à mediação entre a escola, família e a comunidade, minimizando as desigualdades sociais, combatendo a evasão escolar, a distorção idade/série, articulando com ações e práticas curriculares das escolas da rede pública.

No entanto quando falamos da Educação Integral precisamos revisitar o contexto histórico da educação brasileira, a partir da década de 30, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, movimento que mobilizou diferentes grupos sociais pela renovação do ensino brasileiro, temos como referência os educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Ambos marcaram suas trajetórias buscando uma educação de qualidade voltada para a universalização do ensino, a permanência e acesso a escola pública. Para Saviani o manifesto representou mais que um ideal de defesa da escola nova, contribui

para a defesa de uma escola pública “[...] inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país”. (SAVIANI, 2006, p.34-35)

Destaco algumas propostas que se intensificou fortemente a partir da década de 50, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Na década de 60, com a construção de Brasília, Anísio Teixeira foi convidado a dar continuidade a escola-parque. Meados dos anos 80, foram construídos os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), posterior na década 90, tivemos a experiência dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CAICs), implantado em vários estados brasileiros a partir de 1991. Em 2007 Programa Mais Educação começa se configurar nas escolas públicas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Programa Mais Educação possibilita às escolas ofertar várias atividades através dos macrocampos: acompanhamento pedagógico (letramento e matemática), educação ambiental, educação econômica, esporte e lazer, educação em direitos humanos, artes e educação patrimonial, uso de mídias, entre outros. Além das atividades descritas, a outras como: formação cultural, social, artística, música, teatro, dança e artesanato. A proposta pedagógica tem o intuito de proporcionar novas experiências, habilidades e saberes, partindo da ideia de que os alunos são sujeitos de diferentes identidades culturais e contextos sociais.

Neste contexto, o programa é um compromisso articulado entre as distintas áreas dos saberes. Dessa forma, constitui-se em uma ação que implica as variáveis de tempo, espaço e oportunidades educativas, levando as instituições escolares a pensar em novas propostas curriculares voltadas para a aprendizagem aliada as práticas sociais. Partindo desse pressuposto Moll (2009) compreende que ampliação da jornada, significa uma oportunidade para “[...] construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas e significados multirreferenciados, inter-relacionais e contextualizados. (MOLL, 2009, p. 36).

A Educação Integral é baseada nos valores sociais, como princípios legais, a Constituição Federal de 1988 destaca no (art.6º) “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) 9.394/96 apresenta no (art.34) “A jornada escolar no ensino fundamental em pelo menos quatro horas de trabalho em sala de aula sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. O novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 -2020, destina a meta 6 para educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de Educação Básica.

Nesta perspectiva o Programa Mais Educação conta com a parceira dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O financiamento é garantido através da resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Programa Mais Educação valoriza a gestão democrática, da qual todos os agentes envolvidos (gestores, professores, monitores, funcionários, alunos e os pais) assumem responsabilidades distintas, que tendem para o mesmo fim, ou seja, garantir a execução das atividades propostas de forma a alcançar os objetivos propostos, isso resulta na participação e construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Para Veiga,

[...] processo de construção do projeto pedagógico é tarefa do corpo diretivo e da equipe técnica, por outro, é corresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico administrativo e de segmentos organizados da sociedade local contando, ainda, com a colaboração e assessoria efetivas de profissionais ligados à educação (VEIGA, 2003, p. 31).

A partir dessas considerações, apresento objetivo de pesquisa deste trabalho: Compreender os impactos das políticas públicas educacionais através da implantação do Programa Mais Educação instituído nas Escolas Estaduais do Ensino Fundamental do Município de Santa Maria/RS.

Neste contexto, pretendo propor um espaço de interlocução entre as leituras e a pesquisa realizada acerca do Programa Mais Educação, objetivando aprofundar alguns aspectos centrais desta política pública educacional. Por esta razão vínculo o trabalho ao GT - *Políticas Educacionais: Gestão Escolar e Formação Docente*, por acreditar que a temática de estudo complementa o eixo escolhido.

Metodologia os caminhos trilhados pela pesquisa

Para alcançar o objetivo aqui proposto, lancei mão de uma pesquisa de cunho qualitativa, por entender que este tipo de pesquisa contempla questões pontuais como as relações estabelecidas pelos sujeitos envolvidos em situações cotidianas ao campo da pesquisa. Para Minayo “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (1994, p. 21)

Após o estudo do aporte teórico do Programa Mais Educação, foi selecionado 2 (duas) escolas estaduais do Ensino Fundamental que havia aderido o programa desde sua implantação no município de Santa Maria/RS em 2010. Os sujeitos de pesquisa foram às professoras coordenadoras das escolas pesquisadas. Segundo informações fornecidas pela 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), o Programa Mais Educação atualmente contempla 21 escolas rede pública estadual.

Quanto ao instrumento de coleta de dados utilizado neste trabalho, foi à entrevista semiestruturada representa um instrumento importante no qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa no sentido de inteirar a sua opinião acerca de um assunto, “[...] ao mesmo tempo em que valoriza a presença dos investigadores, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2014, todas previamente agendadas por telefone com as professores coordenadoras nas escolas. Por questões éticas, não serão identificados os nomes das escolas e nem dos entrevistados,

foi decidido em consenso os participantes. Para análise e interpretação dos dados coletados através das entrevistas, buscando a interlocução entre o aporte teórico do programa, e as falas dos sujeitos. Será utilizado às siglas de PC (Professor Coordenador) e as iniciais (A e B) que representaram as escolas pesquisadas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, buscando aprofundar a discussão sobre o tema elenquei algumas questões norteadoras: Como aconteceu o processo de implantação do Programa Mais Educação na escola? Quais são os recursos financeiros e como são repassados para a realização do Programa Mais Educação? Quais os critérios adotados para o encaminhamento dos alunos ao programa? Como se dá a organização do Plano de Trabalho das atividades desenvolvidas do Programa Mais Educação e qual a articulação com o Projeto Político Pedagógico?

Análise dos resultados

A partir do estudo, pretendo responder as questões elencadas anteriormente, a fim de contemplar o objetivo de pesquisa, a partir das respostas obtidas dos sujeitos. De acordo com as professoras coordenadoras o processo de implantação entre o Programa Mais Educação e escolas, aconteceu através do termo de adesão junto à 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Após a confirmação cada escola preencheu no endereço eletrônico (simec.mec.gov.br) o plano de atendimento referente aos macrocampos, e atividades que seriam realizadas, o número de alunos participantes, entre outras informações. Em relação á adesão a PC-B acrescentou que,

Adesão ao Programa Mais Educação é realizada em tempo hábil, no portal do MEC, acessando o SIMEC, com o CFF, o diretor e a senha pelo cadastro no Censo Escolar. Aderimos o Programa na escola em 2010, quando foi instituído no município de Santa Maria. (Professora Coordenadora B)

Quanto aos repasses financeiros do Programa Mais Educação acontece por meio da resolução do PDDE/FNDE, em conta corrente da Unidade Executora Própria

(UEX). Esses recursos visam ressarcir as despesas de alimentação, aquisições de Kits pedagógicos para as oficinas, incluindo o pagamento dos monitores o ressarcimento é calculado de acordo com o número de turmas atendidas.

Em relação aos critérios de seleção utilizados para o encaminhamento dos alunos ao Programa Mais Educação, as professoras coordenadoras responderam que:

Não, são utilizados critérios, pois as oficinas são oferecidas a todos que buscando maior qualidade educacional e a permanência de no mínimo 7 horas (integral) de tempo integral na escola. (Professora Coordenadora A)

Não, há critérios todos os alunos são convidados do 1º ao 9º ano. (Professora Coordenadora B)

É interesse observar que as escolas oportunizam a participação de todos os alunos, não apenas priorizando aqueles alunos com bolsa família, dificuldade de aprendizagem série/idade ou vulnerabilidade social, conforme prevê o Programa. A escola representa um espaço formativo de experiências no campo científico e de transformação social, permitindo o acesso e a permanência dos alunos. Para Moll (2009, p. 14), “[...] a escola, nesse contexto, constitui-se como o lugar de efetivação de direitos, tanto por sua capilaridade social, quanto pelo caráter contínuo de realização de uma educação básica”. Cada escola atende em torno de 100 alunos no programa.

Quanto á infraestrutura do espaço físico a *Escola B*, apresentava carência de espaço físico para a realização das atividades eram improvisados espaços alternativos como: a biblioteca, a sala dos professores e o próprio salão da comunidade. No entanto a professora coordenadora ressaltou que a falta de espaço físico, nunca foi motivo para que os alunos ficassem desprovidos de qualquer atividade. Ao contrário da escola anteriormente citada, *Escola A*, possuía espaços amplos e uma sala própria.

Os profissionais responsáveis pelas atividades desenvolvidas no programa é o professor coordenador e os monitores. As professoras foram convidadas para coordenar a parte administrativa e pedagógica junto aos monitores. A 8ª Coordenadoria



Regional de Educação (CRE) disponibiliza o docente para esta função, com vínculo na própria instituição com dedicação de no mínimo vinte horas. Os monitores geralmente são estudantes universitários com formação específica nas áreas do conhecimento ou pessoas da própria comunidade com habilidades apropriadas.

As atividades são desenvolvidas de acordo com os macrocampos e adaptadas de acordo com a realidade de cada escola. O tempo destinado ao programa é 7 horas diárias, incluindo a alimentação e as oficinas no contraturno escolar.

As atividades são oferecidas através das oficinas selecionadas entre os macrocampos do Programa Mais Educação. Necessitando ser uma obrigatória-oficina esta letramento e matemática, capoeira, dança, ensino de coral e xadrez. (Professora Coordenadora A)

As atividades são de acordo com o macrocampos: (letramento e matemática) dança canto coral, percussão e jornal escolar. (Professora Coordenadora B)

Segundo os relatos, cada escola possui um plano de trabalho organizado através de projetos e metas de aprendizagem baseados nas dificuldades dos alunos de forma a integrar os diferentes saberes. As atividades do Programa Mais Educação são ofertadas e realizadas, entretanto ainda não constava no Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas pesquisadas, pois estavam em processo de reformulação.

É nítida a ausência de um Projeto Político Pedagógico articulado, isso ficou comprovado quanto perguntado sobre a articulação do plano de trabalho das atividades desenvolvidas do Programa Mais Educação com o PPP da escola. As coordenadoras responderam apenas que as “atividades são articuladas entre si”, não ampliaram mais a resposta. O que comprova pouca discussão sobre a implantação do Programa Mais Educação somada à ausência no Projeto Político Pedagógico nas escolas respectivas.

Destaco que as atividades realizadas na jornada ampliada precisam estar interligadas ao Projeto Político Pedagógico e articuladas aos documentos norteadores do programa construído através da real demanda escolar traduzida em um “[...] conjunto e direção ao processo pedagógico intencional a ser promovido na escola, mediante a



contribuição de seus professores e demais membros da comunidade escolar”. (LÜCK, 2009, p.38).

Conclusão

Para alcançar o objetivo aqui proposto foi realizado um estudo sobre o Programa Mais Educação fundamentada na Portaria nº 17/2007, cujo instrumento legal apoia-se na extensão de tempos e espaços escolares e a organização curricular no oferecimento de atividades socioeducativas numa perspectiva emancipadora.

Considerando-se que o trabalho realizado pelas respectivas escolas pesquisadas, consiste não só no esforço da ampliação de tempos e espaços escolares, mas, sobretudo, no desenvolvimento integral do indivíduo em seus aspectos cognitivo, psicomotor e social. O compromisso em torno da qualidade da educação requer uma concepção de educação extrapolando-a das redes de ensino. Para Moll, não trata-se apenas da ampliação do tempo e permanência escolar, mas consiste em “[...] garantir aprendizagens e reinventar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominante nas práticas escolares” (MOLL, 2012, p. 133).

Diante do estudo conclui-se que o Programa Mais Educação instituído no município de Santa Maria/RS em 2010, é uma realidade nas escolas pesquisadas. Tendo em vista que o processo de implantação consiste em ações firmadas com os entes federados na oferta a jornada ampliada escolar para crianças, adolescentes e jovens na Educação Básica. Entretanto o estudo trouxe algumas questões que podem ser (re) pensadas quanto á infraestrutura com a adequação e construção de espaços para o desenvolvimento das atividades, e a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) articulado com a proposta curricular do Programa, quanto bem articulado traduz a sua forma de organização pedagógica visando às necessidades da comunidade escolar e incorporando novos saberes, novas culturas, atendendo as demandas sociais.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli E. E. A.; LÜDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Série Mais Educação: educação integral - texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, 2009b.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba, Editora Positivo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MOLL, Jaqueline. **Município que educa: nova arquitetura da gestão pública**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Ed,L), 2009.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline (org). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso. 2012.

Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL nº 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série ação parlamentar; n. 436)

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

VEIGA, Ilma P. A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma; RESENDE, Lúcia Maria (orgs). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. São Paulo: Papirus Editora, 2003. 200 p.